

Rivalidade e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos

Rivalry and cooperation: some remarks about the German trade houses in Lisbon at the beginning of the sixteenth century

Jürgen Pohle*

Submissão/submission: 31/01/2015

Aceitação/approval: 07/05/2015

RESUMO

Nos primeiros anos do século XVI estabeleceram-se em Lisboa várias casas comerciais de Nuremberga e Augsburg. Estes mercadores-banqueiros alemães procuraram entrar em negociações diretas com a Coroa portuguesa relativamente ao comércio ultramarino. Conseguiram que D. Manuel I lhes concedesse o vantajoso *Privilégio dos Alemães* (1503-1511). Em 1505 e 1506, participaram, em consórcios, na armação das frotas para a Índia.

Por intermédio dos testemunhos dos feitores alemães lança-se um olhar para a vida dentro da colónia dos mercadores germânicos em Lisboa, caracterizada pelas rivalidades e, simultaneamente, pela cooperação entre os seus membros.

* CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal.

Jürgen Pohle nasceu em 1965 em Trier (Alemanha). Doutorou-se em História na Albertus-Magnus-Universität zu Köln (Universidade de Colónia) em 1999/2000. Exerceu funções de docente na Universidade Autónoma de Lisboa e na Universidade Atlântica. Atualmente é investigador integrado do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) e bolsheiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). É autor de vários livros e artigos sobretudo referentes à história das relações luso-alemãs nos séculos XV e XVI.

Correio eletrónico: jpohle65@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8190-4321>

PALAVRAS-CHAVE

História económica / Relações luso-alemãs / Mercadores-banqueiros / Privilégios

ABSTRACT

At the beginning of the sixteenth century several trade houses of Nürnberg and Augsburg settled in Lisbon. These German merchant-bankers tried to enter into direct negotiations with the Portuguese Crown as far as the overseas commercial trading was concerned. They managed to be granted by King Manuel the advantageous *Privilege of the Germans* (1503-1511). In 1505 and 1506, they participated in consortia in the arming of the fleets to India. Through the testimonies of their foremen we intend to look at the life within the colony of German merchants in Lisbon, characterized by rivalries and also by cooperation among its members.

KEYWORDS

Economic history / German-Portuguese relations / Merchant-bankers / Privileges



INTRODUÇÃO

Em consequência da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama as relações económicas entre Portugal e o Sacro Império Romano-Germânico encaminharam-se para a sua fase mais intensa. Quando se espalharam no velho continente as espetaculares novas da chegada das riquezas orientais à Europa, através da denominada Rota do Cabo, várias casas comerciais alemãs resolveram estender os seus negócios a Portugal. É neste contexto que aqui surgiram os representantes das grandes firmas de Nuremberga e de Augsburg. Os testemunhos que deixaram constituem das fontes mais importantes para o entendimento da história da colónia dos mercadores alemães em Lisboa e das relações económicas luso-alemãs no início do século XVI. Os principais documentos que surgiram na primeira e no início da segunda década de Quinhentos derivam de Lucas Rem e Sebald Kneussel, ou seja, dos agentes comerciais dos Welser e dos Imhoff, respetivamente.

No caso do feitor dos Welser, Lucas Rem, estas fontes referem-se a apontamentos autobiográficos. O denominado *Tagebuch des Lucas Rem*, ou seja, o «Diário de Lucas Rem» foi encontrado em meados do século XIX na biblioteca da cidade de Augsburg, juntamente com outros manuscritos muito valiosos referentes à História dos

Descobrimientos. Todos estes documentos pertenciam à coleção do afamado humanista Conrad Peutinger¹ e foram publicados, em 1861, por Benedikt Greiff². Enquanto alguns historiadores portugueses³ deram atenção a esta coletânea, as cartas de Sebald Kneussel, que se encontram no arquivo da família dos Imhoff no *Germanisches Nationalmuseum*⁴, em Nuremberga, continuam praticamente desconhecidas na historiografia portuguesa.

Os depoimentos de Rem e Kneussel estão no centro do presente artigo que pretende iluminar as atividades, a condição de vida, o convívio, bem como as rivalidades dos mercadores alemães em Lisboa. Através destas fontes visa-se mostrar que, apesar de toda a competição entre as casas comerciais alemães em Lisboa, existiram também momentos de mútuo apoio e de cooperação económica. Para uma melhor contextualização da temática, gostaria de iniciar este artigo com uma breve síntese sobre o estabelecimento dos mercadores-banqueiros alemães em terras portuguesas.

A FIXAÇÃO DAS CASAS COMERCIAIS ALEMÃS EM LISBOA

A história das relações luso-alemãs iniciou-se na Idade Média, particularmente na era das Grandes Cruzadas e da Reconquista da Península Ibérica⁵. Para além dos cruzados, passaram por Lisboa e Setúbal mercadores do Sacro Império Romano-Germânico. Estes últimos vindos para carregar sal, mas também vinho, azeite, cortiça e frutos secos, pertenciam, em grande parte, à Liga Hanseática. Esta tinha estabelecido, a partir do último quartel do século XIV, uma rota marítima regular entre Danzig (Gdank) e Lisboa⁶. Desta forma, as relações comerciais luso-alemãs concentraram-se, até ao fim da Idade Média Tardia, nas ligações criadas pela Hansa, ou seja, por alemães geralmente oriundos do norte do Sacro Império.

¹ Conrad Peutinger era genro de Anton Welser e sócio da empresa do sogro. Dispunha de uma notável biblioteca, que incluía vários documentos referentes à Expansão Portuguesa, entre os quais o denominado *Manuscrito Valentim Fernandes*. Sobre Conrad Peutinger e os Descobrimientos Portugueses, vd. LOPES, Marília dos Santos – Os descobrimientos portugueses e a Alemanha. In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 30-34.

² GREIFF, Benedikt (ed.) – *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541: ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*. Augsburg: Hartmann'sche Bruchdruckerei, 1861.

³ Vd., por exemplo, ANDRADE, António Alberto Banha de – *Mundos novos do mundo: panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimientos geográficos portugueses*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972. vol. 1, p. 330-332 e *passim*. O Diário de Lucas Rem foi parcialmente traduzido para língua portuguesa por EHRHARDT, Marion – *A Alemanha e os descobrimientos portugueses*. Lisboa: Texto, 1989. p. 103-110.

⁴ Germanisches Nationalmuseum Nürnberg (GNM), *FA Imhoff*, Fasz. 28, N^o 22 (1-3).

⁵ Acerca da participação de alemães na Reconquista em Portugal, vd. MARQUES, António Henrique de Oliveira – Os Germanos em Portugal (séculos V-XII): revisão do problema. In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 17-27; MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota: a guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011. p. 77-101, 132-134; STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo – *Oito séculos de história luso-alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano de Berlim, 1944. p. 15-26.

⁶ Sobre as relações luso-hanseáticas na Idade Média e no início da Idade Moderna, cf. MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. 2^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1993; *idem* – Die Beziehungen zwischen Portugal und Deutschland im Mittelalter und 16. Jahrhundert. *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft, Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*. Vol. 20 (1988-1992), p. 115-131.

Este cenário mudou profundamente devido à Expansão Portuguesa, sobretudo em consequência da abertura da Rota do Cabo, a qual levou à chegada das cobiçadas especiarias do espaço índico a Lisboa. É precisamente no início de Quinhentos que as grandes casas comerciais, situadas quase exclusivamente em Augsburg e em Nuremberga, na denominada Alta Alemanha⁷, resolveram enviar os seus agentes à capital portuguesa com o intuito de aqui fundarem feitorias e entrarem em negociações diretas com a Coroa portuguesa relativamente ao comércio ultramarino⁸. D. Manuel I era-lhes muito favorável, sabendo que estes mercadores-banqueiros alemães poderiam desempenhar um papel fundamental como investidores e fornecedores de metais, sobretudo em relação à prata e ao cobre. Estes metais eram imprescindíveis para efetuar as trocas comerciais em África e na Índia. O denominado Privilégio dos Alemães, que contemplava os privilégios que lhes foram concedidos pelo rei de Portugal entre 1503 e 1511, evidencia o estatuto excepcional que as empresas alemãs possuíam em terras portuguesas⁹. Tornaram-se, temporariamente, a par dos mercadores-banqueiros italianos, nos parceiros comerciais mais relevantes da monarquia portuguesa. O Privilégio dos Alemães superou os direitos e liberdades outorgados a comerciantes de outras nações estabelecidas em Portugal e foi, como salientaram Virgínia Rau¹⁰ e Maria Valentina Cotta do Amaral¹¹, o mais cobiçado por mercadores estrangeiros no século XVI. Virgínia Rau sublinha que, através dos privilégios concedidos, a Coroa portuguesa visava atrair os mais poderosos banqueiros e mercadores europeus de modo a que se integrassem no projeto expansionista e, ainda, garantir a presença de várias nações mercantis concorrentes na praça comercial de Lisboa.

(...) os mercadores alemães estavam particularmente indicados, pois dominavam o rico mercado consumidor alemão e possuíam o domínio das maiores reservas mineiras da Europa em prata e cobre. (...)

⁷ Na Alemanha há que distinguir, entre outras regiões, uma «Baixa Alemanha», que se refere às planícies do norte, e uma «Alta Alemanha», que se situa no sul com uma topografia mais montanhosa. Cf. *idem* – Relações entre Portugal e a Alemanha. In *Portugal quinhentista*. Lisboa: Quetzal, 1987. p. 10.

⁸ Sobre as casas comerciais alemãs estabelecidas em Lisboa no início do século XVI, cf. ALMEIDA, A. A. Marques de – *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria: o eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549): aproximação a um estudo de geofinança*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 55-61 e *passim*; GROSSHAUPT, Walter – Commercial relations between Portugal and the merchants of Augsburg and Nuremberg. In AUBIN, Jean (ed.) – *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian: Centre Culturel Portugais, 1990. p. 359-397; KELLENBENZ, Hermann – *Die Fugger in Spanien und Portugal bis 1560: ein Großunternehmen des 16. Jahrhunderts*. München: Vögel, 1990. vol. 1, *passim*; MATHEW, K. S. – *Indo-Portuguese trade and the Fuggers of Germany (sixteenth century)*. New Delhi: Manohar, 1999; POHLE, Jürgen – *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*. Münster: Lit Verlag, 2000. p. 97-134; *idem* – As relações luso-alemãs no reinado de D. Manuel I (1495-1521). In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 61-74.

⁹ Biblioteca da Ajuda (BA), 44-XIII-54, N^o 20j-p. Cf. DENUCE, Jean – Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles). *Document. Archivo Historico Portuguez*. Vol. 7 (1909), p. 377-392; FERREIRA, J. A. Pinto – Privilégios concedidos pelos reis de Portugal aos alemães, nos séculos XV e XVI. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 32 (1969), p. 339-396; Privilégios concedidos a alemães em Portugal: certidão de Duarte Fernandez. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. III Série Vol. 1 (1959), p. 119-159.

¹⁰ RAU, Virgínia – Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI). In KELLENBENZ, Hermann (ed.) – *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*. Köln [etc.]: Böhlau, 1970. p. 15-30.

¹¹ AMARAL, Maria Valentina Cotta do – *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1965.

Na realidade, podemos considerar, no princípio do século XVI, em Portugal, a existência de cinco importantes grupos ou núcleos capitalistas: portugueses, cristãos-novos, espanhóis, italianos e alemães. Os mais importantes eram estes dois últimos pelo que significavam de virtualidades financeiras e de movimento comercial¹².

A companhia¹³ dos Welser¹⁴ foi, entre as grandes empresas da Alta Alemanha, a primeira que reagiu às mudanças significativas no comércio de especiarias após a abertura da Rota do Cabo pelos portugueses. No inverno de 1502/03, a célebre firma de Augsburg terá enviado um representante, Simon Seitz, à Corte portuguesa para entrar em negociações com o rei acerca da fixação da companhia em Portugal e entabular relações comerciais. D. Manuel I correspondeu ao pedido dos Welser e concedeu-lhes, no dia 13 de fevereiro de 1503, privilégios¹⁵, «os quaes a nenhuns outros nem aos nossos subditos ainda forão concedidos»¹⁶. O rei português permitiu «aos nobres mercadores que possuem Liurementemente negoçar e traotar, Vender e comprar por todos os nossos Reynos e senhorios por suas pessoas ou por seus feitores e seruidores»¹⁷. Tinham, portanto, o direito de fazer negócios em Portugal e no ultramar português. Os privilegiados encontravam-se isentos de pagar tributos e impostos pela prata que trariam. Em relação a outros produtos importados, como cobre, latão, vermelhão, mercúrio, mastros, pez, alcatrão e munições, pagavam apenas a dízima. Além disso, foram dispensados de «colacoenz ou pagamentos de peitas ou pedidos, que pellos Reynos ou Prouincias se costumão muitas pedir e por»¹⁸. Tinham o direito de assentar casa dentro e fora dos muros de Lisboa para armazenar mercadorias. Estas deveriam ser preferencialmente despachadas nas alfândegas e na Casa da Moeda pelos funcionários reais. Aqueles mercadores que investissem na construção naval em Portugal deviam receber privilégios alargados. A carta de privilégio de 1503 teve um prazo de 15 anos e valia em princípio para todas as empresas e mercadores alemães que estivessem dispostos a investir em Portugal um mínimo de 10.000 cruzados. No que respeita à compra dos produtos ultramarinos por parte dos alemães, os Welser deveriam pagar inicialmente um tributo não superior a 5%, enquanto os restantes mercadores tinham de pagar 10% de sisa.

¹² RAU, Virgínia – *op. cit.*, 1970, p. 20.

¹³ Na carta régia de D. Manuel I de 13 de fevereiro de 1503 (vd. *infra*)..., tal como em vários outros documentos originais, fala-se *expressis verbis* de «companhia(s)». É, no entanto, de notar que se trata nesta altura, em geral, de casas ou sociedades comerciais dirigidas por uma família. Do ponto de vista organizacional não se pode comparar estas firmas com as grandes companhias comerciais por ações (*joint-stock companies*), como a *East India Company* (EIC) ou a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC), que surgiram apenas na viragem do século XVI para o XVII.

¹⁴ Por volta de 1498, a casa comercial de Anton Welser criou, com os Vöhlin de Memmingen, uma companhia que, até à sua extinção em 1517, se tornou fundamental para a ascensão da casa dos Welser. Com esta fusão, a nova empresa juntou um capital de cerca de 250.000 florins, constituindo, na altura, a maior companhia de mercadores-banqueiros em todo o território alemão. Sobre os Welser-Vöhlin e os seus negócios com a Coroa portuguesa, cf. HÄBLER, Konrad – *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*. Leipzig: Hirschfeld, 1903. p. 1-37; HÄBERLEIN, Mark – Fugger und Welser: Kooperation und Konkurrenz 1496-1614. In HÄBERLEIN, Mark; BURKHARDT, Johannes (ed.) – *Die Welser: Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*. Berlin: Akademie Verlag, 2002. p. 223-239.

¹⁵ BA, 44-XIII-54, N.º 20j; BA, 44-XIII-58, doc. 9c.

¹⁶ BA, 44-XIII-54, N.º 20j, p. 357.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 362.

No que concerne à questão do mediador oficial entre as autoridades portuguesas e os mercadores alemães, mencionada na carta de privilégio, Simon Seitz solicitou que Valentim Fernandes desempenhasse esta função. D. Manuel I correspondeu ao pedido e nomeou, no dia 21 de fevereiro de 1503, o célebre impressor da Morávia como corretor e tabelião dos mercadores alemães¹⁹.

As notícias acerca do acordo que os Welser alcançaram na Corte portuguesa disseminaram-se na Alta Alemanha muito rapidamente. Inquietou, em primeira linha, a casa dos Fugger que se apressou a entrar em contacto com a Coroa portuguesa. Esta concedeu à companhia de Ulrich Fugger e Irmãos, em outubro de 1503, os mesmos privilégios que havia outorgado ao grande concorrente de Augsburg²⁰.

Anteriormente, em maio de 1503, havia chegado a Lisboa um outro agente dos Welser. Tratava-se de Lucas Rem que adquiriu, em setembro do mesmo ano, uma casa para os seus patrões, fundando, assim, a primeira feitoria alemã em solo português²¹. Nesta altura encontramos na capital portuguesa também alguns membros da casa dos Holzschuher. Enquanto no caso concreto desta empresa, oriunda de Nuremberga, não se sabe, se terão fundado uma filial na cidade do Tejo, é muito provável que tal tenha acontecido em relação aos Fugger em 1503 ou 1504, em consequência dos privilégios alcançados. Aos Welser e Fugger seguiram-se, entre 1504 e 1507, pelo menos mais três casas comerciais da Alta Alemanha que ergueram uma feitoria em Lisboa. É o caso dos Imhoff e dos Hirschvogel de Nuremberga, bem como dos Höchstetter de Augsburg.

D. Manuel I alargou até 1511 os privilégios concedidos em 1503, melhorando, assim, os direitos profissionais, jurídicos e pessoais dos mercadores alemães em Lisboa²². A saber, uma carta régia, datada de 3 de outubro de 1504, proibiu a prisão dos privilegiados pelas justiças normais²³. Em agosto de 1509, o *Venturoso* especificou os direitos e liberdades dos mercadores alemães estabelecidos no seu reino, outorgados em 1503 e 1504, concedendo novo período de quinze anos de validade²⁴. Aos agentes comerciais que residiam em Lisboa foi atribuído, em fevereiro do ano seguinte, a qualidade de «vizinhos da cidade»²⁵. No entanto, este estatuto revelou-se prejudicial para os negócios dos alemães, dado que tinham de pagar mais impostos. Estes apelaram ao rei no sentido de esclarecer a situação, obtendo resposta favorável ao pedido. Em fevereiro de 1511, D. Manuel I confirmou todos os privilégios que anteriormente tinha atribuído aos alemães²⁶. O facto de o Privilégio dos Alemães ter sido

¹⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Manuel, *Livro 35*, f. 53; DESLANDES, Venâncio – *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988. p. 2-3. Sobre Valentim Fernandes e os Descobrimientos Portugueses, vd. LOPES, Marília dos Santos – *Vimos oje cousas maravilhosas: Valentim Fernandes e os descobrimientos portugueses*. In ENCONTRO LUSO-ALEMÃO, 4, Lisboa, 1996 - *Portugal-Alemanha-África: do imperialismo colonial ao imperialismo político: actas*. Lisboa: Colibri, 1996. p. 13-23.

²⁰ ANTT, Chancelaria de D. Manuel, *Livro 22*, f. 25-25v.

²¹ ANTT, *Corpo Cronológico*, I-25-75.

²² Cf. MARQUES, António Henrique de Oliveira – *op. cit.*, 1987, p. 15-16.

²³ BA, 44-XIII-54, N° 20k-l.

²⁴ ANTT, Chancelaria de D. Manuel, *Livro 36*, f. 41; BA, 44-XIII-54, N° 20n; BA, 44-XIII-58, doc. 9d.

²⁵ ANTT, Chancelaria de D. Manuel, *Livro 3*, f. 10; BA, 44-XIII-54, N° 20o.

²⁶ BA, 44-XIII-54, N° 20p.

concedido aos mercadores da Liga Hanseática apenas em 1517²⁷, indicia que todos estes direitos especiais se dirigiam primeiramente aos mercadores-banqueiros de Augsburg e de Nuremberga, ou seja, aos membros da alta finança alemã.

Além dos privilégios concedidos houve, ainda, outras medidas reais que evidenciam o interesse da Coroa portuguesa em garantir a presença da alta finança alemã no seu reino. No Arquivo Municipal de Lisboa encontram-se mais dois documentos que corroboram o estatuto especial que os mercadores alemães gozaram em Portugal no reinado de D. Manuel I. Duas cartas régias, datadas de 8 e 27 de novembro de 1510, mostram que o rei tencionava lançar uma pequena imposição sobre o vinho para pagar uma dívida aos alemães²⁸. No primeiro documento, decretou:

E quanto a dyueda dos duzentos e L [mill] reais / que se deuem aos alemaães / (...) queremos que se faça pera logo serem paguos desta djuida os ditos alemaães / he que se lance algũa pequena jmposisam sobre o vinho ou sobre outra cousa que a vos pareça que leuemente o posa sofrer pera por ella se averem e tirem os ditos duzentos e cinquenta mill reais somente (...), porque nos prazera que sejam loguo pagos desta djuida os ditos alemães (...)²⁹.

Como surgiram dificuldades relativamente à imposição sobre o vinho, D. Manuel dirigiu-se, em finais de novembro, uma segunda vez à Câmara de Lisboa, ordenando que se emprestasse o dinheiro para remunerar os mercadores alemães³⁰.

Com o estabelecimento das casas comerciais da Alta Alemanha em Lisboa e a vinda dos seus representantes, a colónia alemã existente na capital portuguesa, composta até então predominantemente por mercadores hanseáticos e bombardeiros, teve um crescimento notável. A maioria dos alemães residentes em Lisboa juntou-se à Irmandade de São Bartolomeu, que por volta de 1500 era administrada pelos bombardeiros alemães, pelo que também era conhecida como a «Confraria dos bombardeiros alemães». A capela de São Bartolomeu, na igreja de São Julião, serviu-lhes de ponto de encontro para a vida espiritual. Os mercadores da Alta Alemanha associaram-se primeiro àquela confraria, tencionando depois construir uma capela própria³¹.

²⁷ Cf. DENUCÉ, Jean – *op. cit.*, p. 378-379; POHLE, Jürgen – *op. cit.*, 2000, p. 165-166.

²⁸ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 3º de D. Manuel I*, doc. 77, f. 93-94v.; doc. 80, f. 97-97v.; RAU, Virgínia – Alguns aspectos das relações luso-alemãs nos princípios do século XVI. In *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. p. 289-290.

²⁹ AML, *Livro 3º de D. Manuel I*, doc. 77, f. 93 *apud* RAU, Virgínia – *op. cit.*, 1984, p. 289.

³⁰ AML, *Livro 3º de D. Manuel I*, doc. 80, f. 97-97v.

³¹ Vd. *infra*. Cf. POHLE, Jürgen – *op. cit.*, 2000, p. 146-150. Sobre a história da Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães, cf. SCHICKERT, Gerhard; DENK, Thomas – *Die Bartholomäus-Brüderschaft der Deutschen in Lissabon: Entstehung und Wirken, vom späten Mittelalter bis zur Gegenwart*. Estoril: A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães, 2010.

O DIÁRIO DE LUCAS REM

Além dos privilégios, existem outros documentos que se referem aos negócios e à vida dos mercadores alemães em terras portuguesas. Uma das principais fontes são os apontamentos autobiográficos de Lucas Rem. O historiador Pierre Jeannin considerou o diário de Lucas Rem «um dos documentos mais esclarecedores deixados por um mercador do século XVI, não só sobre a sua vida privada como sobre os seus negócios»³². Rem chegou a Lisboa, como já foi indicado, em maio de 1503. Permaneceu cinco anos em Portugal na função de feitor e deslocou-se também aos arquipélagos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde. O primeiro negócio importante que efetuou teve lugar no verão de 1504, quando celebrou um contrato com D. Manuel I, o qual permitiu a participação dos Welser na frota que rumou no ano seguinte para a Ásia. No *Tagebuch* lê-se: «No dia 1 de agosto fizemos o contrato com o rei de Portugal, acerca da armação de três navios com destino à Índia»³³. Trata-se aqui da armada de D. Francisco de Almeida, composta por 20 embarcações, que partiu para a Índia em finais de março de 1505.

Os Welser estiveram integrados num consórcio composto por várias casas comerciais de Augsburgo e de Nuremberga e por alguns mercadores italianos. Para a armação dos três navios, referidos por Lucas Rem, era necessário um capital de 65.400 cruzados³⁴. 75% da soma tinha de ser paga em dinheiro e 25% em metais preciosos. A casa dos Welser desempenhou, entre os investidores, um papel preponderante, seja na preparação, seja no que respeita ao volume do negócio. Disponibilizou 20.000 cruzados, quase um terço do total do investimento estrangeiro. Os outros mercadores-banqueiros alemães contribuíram com 16.000 cruzados, mais precisamente os Fugger e os Höchstetter com 4.000 cada, os Imhoff e os Gossembrot com 3.000 cada e os Hirschvogel com 2.000 cruzados. Os restantes 29.400 cruzados foram liquidados pelos investidores italianos, entre os quais se destacam os Marchionni, os Affaitati e os Sernigi.

A bordo das naus Lionarda, São Rafael e São Jerónimo³⁵ viajaram pelo menos três agentes comerciais alemães, dois deles representando as empresas de Augsburgo e de Nuremberga. Na Lionarda, encontramos Balthasar Sprenger, oriundo de Vils am Lech³⁶. Em 1509, foi publicado o relato que este elaborou durante a viagem, a denominada *Merfart*³⁷. Enquanto Sprenger viajou como empregado dos Welser, Ulrich Imhoff, mercador de

³² JEANNIN, Pierre – *Os mercadores do século XVI*. Porto: Vertente, 1986. p. 74.

³³ GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 8: «Primo Aug^o tat wir den vertrag mit portugal king der armazion 3 schiff, per Indiam».

³⁴ Sobre a participação alemã na expedição portuguesa à Índia nos anos de 1505/06, cf. ANDRADE, António Alberto Banha de – *op. cit.*, vol. 1, p. 349-352, 475-488; HÜMMERICH, Franz – *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*. München: Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1918.

³⁵ ANTT, Chancelaria de D. Manuel, *Livro 46*, f. 130v.-131.

³⁶ Cf. LOPES, Marília dos Santos – *Da descoberta ao saber: os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viseu: Passagem, 2002. p. 19-35; WIESFLECKER, Hermann – Neue Beiträge zu Balthasar Sprengers Meerfahrt nach "Groß-India". In BRANDSTÄTTER, Klaus; HÖRMANN, Julia (ed.) – *Tirol-Österreich-Italien: Festschrift für Josef Riedmann zum 65. Geburtstag*. Innsbruck: Universitätsverlag Wagner, 2005. p. 647-660.

³⁷ O título completo: *Die Merfart uñ erfahrung nüwer Schiffung vnd Wege zu^o viln onerkanten Inseln vnd Königreichen, von dem großmechtigen Portugalische Kunig Emanuel Erforscht, funden, bestritten vnnd Ingenomen. Auch wunderbarliche Streyt, ordenung, Leben wesen, handlung vnd wunderwercke des volcks vnd Thyrer, dar iñ wonende, findestu in diessem Buchlyn warhaftiglich beschryben vñ abkunterfeyt, wie ich, Balthasar Spre[n]ger, sollichs selbs in kurtzuerschynne zeiten gesehen vñ erfahren habe. GEDRVCKT ANNO MDIX.*

Nuremberga, fez a viagem ao serviço da casa dos Hirschvogel, na São Jerónimo. A bordo do terceiro navio, armado pelos mercadores-banqueiros alemães e italianos, encontrava-se Hans Mayr³⁸. Este comerciante alemão deslocou-se à Índia na nau São Rafael e, como indica o título do seu relato, na função de «escrivão da feytoria»³⁹. Segundo João Rocha Pinto, não se trata aqui de um diário de bordo, mas de um conjunto de folhas que forma uma espécie de «livro de armação», cujo conteúdo era, aparentemente, ditado ao escrivão pelo capitão do navio, Fernão Soares⁴⁰.

Quando a frota voltou a Lisboa em 1506 os negócios com a Coroa portuguesa complicaram-se bastante, porque D. Manuel I tinha, entretanto, monopolizado o comércio da pimenta⁴¹ e recusava-se agora a entregar aos comerciantes alemães as mercadorias a que tinham direito. Seguiram-se processos muito morosos até se chegar a um acordo. Lucas Rem indignou-se com esta medida que lhe trouxe «um excesso de preocupações, trabalho supérfluo, grande repulsa»⁴², conduzindo a «imensos, grandes e complicados processos jurídicos, em que batalhei durante três anos»⁴³. Quando, finalmente, se chegou a um acordo, os Welser receberam apenas uma parte da sua pimenta, sendo, em troca, recompensados em açúcar⁴⁴. Apesar destas contrariedades, a firma conseguiu um lucro que se situava entre os 150 e 175%⁴⁵.

Menos favoráveis foram os resultados financeiros da segunda participação alemã na armação de uma frota da Índia. Foram novamente os Welser que investiram, juntamente com os Imhoff de Nuremberga e o português Rui Mendes, em três dos quinze navios, que em abril de 1506 partiram sob o comando de Tristão da Cunha, mas desta vez apenas com 3.430 cruzados⁴⁶. Como se perderam dois dos três navios já na ida para a Índia, esta expedição terminou para os investidores germânicos num fracasso. Nas décadas seguintes, os mercadores-banqueiros alemães desistiram da sua participação financeira nos empreendimentos ultramarinos portugueses, o que se explica não apenas com o insucesso da empresa de 1506, mas, em primeiro lugar, pela política monopolista de D. Manuel I e pelas práticas comerciais duvidosas do monarca português, acerca das quais Lucas Rem se queixou sobremaneira⁴⁷.

³⁸ PINTO, João Rocha – *A viagem: memória e espaço: a literatura portuguesa de viagens: os primitivos relatos de viagem ao Índico 1497-1550*. Lisboa: Sá da Costa, 1989. p. 123-124, 192-200.

³⁹ BAIÃO, António (rev.) – *O manuscrito Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940. p. 13-24. O relato intitula-se: *Da viagem de dom francisco dalmeida primeyro visorey de India. E este quaderno foy trelladado da nao sam raffael em q hia hansz mayr por escriuam da feytoria. E capitam fernam suarez. Viagem e cousas de dom francisco viso rey de India escrito na nao sam raffael do porto, capitam fernam suarez*.

⁴⁰ PINTO, João Rocha – Houve diários de bordo durante os séculos XV e XVI? *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. 34 (1988), p. 383-416.

⁴¹ COSTA, Leonor Freire – *Império e grupos mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 25-26.

⁴² GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 8: «on mas enxtig mie, überflisig arbeit, gros widerwertikait».

⁴³ *Ibidem*: «on mas fil grosse und schwere Recht, den Ich aus wartet ob 3 Jar».

⁴⁴ *Ibidem*, p. 14; ANTT, *Corpo Cronológico*, I-10-124. Cf. HÄBLER, Konrad – *op. cit.*, p. 29-31.

⁴⁵ Cf. GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 8; HÄBLER, Konrad – *op. cit.*, p. 23-24.

⁴⁶ GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 8.

⁴⁷ HÄBLER, Konrad – *op. cit.*, p. 24-31.

No *Tagebuch*, Rem relata-nos também pormenores interessantes sobre os negócios que efetuou com a Coroa portuguesa, as suas estadias na Madeira e as condições de comércio e de vida em Lisboa no início do séc. XVI. O feitor alemão ficou visivelmente perturbado com os vários surtos da peste, que surgiram na capital portuguesa por volta de 1505.

Logo nesta altura instalou-se a morte em Lisboa. Fugi para Cacilhas, Almada, Lumiar, Santa Maria da Luz, Alvalade e outros locais, alguns mais quentes, onde fiquei à noite, mas quase todos os dias montei a cavalo para a cidade.

Deus nos livre! Onze vezes tivemos a pestilência em casa. Morreram muitos dos meus compradores, criadas etc. (...) Durante quatro anos houve imensos mortos, quase sem parar⁴⁸.

As visões desfavoráveis dos feitores alemães sobre a qualidade e as condições de vida no sudoeste do continente europeu estiveram certamente marcadas por um clima a que não estavam habituados e, sobretudo, pelos frequentes surtos da peste, que afligiram a capital portuguesa gravemente nos anos de 1505, 1507 e 1510⁴⁹. Acerca das suas atividades profissionais, Rem acrescentou:

No tempo que estive em Portugal, de 8 de maio de 1503 a 27 de setembro de 1508, fiz uma série de abundantes e importantes negócios, a vender cobre, chumbo, vermelhão, mercúrio e variadas coisas, principalmente panos flamengos. E durante três anos vieram dos Países Baixos, Inglaterra, Bretanha e das terras de Este muitos barcos carregados de cereais para eu vender.

Desloquei-me à Madeira, às ilhas dos Açores e de Cabo Verde e à Berbéria para comerciar.

Em Portugal comprei muita especiaria e efetuei grandes negócios com o rei. E ainda comprei azeite, vinho, marfim e algodão. Mandei múltiplas vezes comprar figos no Algarve e outras frutas na Andaluzia. Pratiquei um volumoso e considerável comércio. Tive também muitos empregados, sempre três, quatro e até seis⁵⁰.

Lucas Rem deixou Portugal em setembro de 1508, mas regressou no verão do ano seguinte, contra a sua expressa vontade. Em março de 1509, os Welser tinham correspondido a um pedido de Rem que nunca mais queria voltar para Portugal. Quando recebeu no início de junho, ou seja, nem três meses depois desta promessa, ordem para aqui voltar, Rem indignou-se veementemente, trocando uma correspondência em tom acerbo com os seus patrões que, não obstante, insistiram na sua deslocação a Portugal.

⁴⁸ GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 8-9: «Gleich um disse zeit fong der sterbent an zuo Lixbona. Floch ich gen Cazilios, Almada, Lumiar, Sta Maria Deluz, Calvalada, an mer Ort, ainige heysser, da Ich die Nacht was, aber schier al tag in die Stat rit. Got behiet uns! Die pestilenz Xlmal im haus hett, mir fil einkäufer, megdt & & sturben. (...) Ob 4 Jar starb es on mas, fast on auffhoren».

⁴⁹ Cf. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. vol. 3, p. 216.

⁵⁰ GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 9: «Die zeit, ich in Portugal was, vom 8 May 1503 bis 27 Septb. 1508, underfong ich mich on mas gros und fil hendel, mit verkaufen kupfer, pley, Zinober, Kecksilber und allerlai, insonder Flemisch gwandt. Und an 3 Jar kam mir aus Niderlender, England, Brettania, Ostland fil schiff mit korn zuo verkaufen. Ich begab mich gen Madera, Ilhas Dazors, Cavo Verde, Barbarien, armieren. In Portugal kauffet ich fast fil Specerey und tat gros kaufhändler mit dem king. Und je kauffet ich Oel, wein, helfentzän, bomwol. Sant etliche mal in Arganie, luoss Feigen, in Andalusia andere Früchte kaufen. Von alem daz mir fürkam, wolt ich versuochen. Trib ain grossen namhaften handel. Hett auch fil gehilfen, stets 3, 4, ja 6 hin u. her».

A segunda permanência de Lucas Rem em terras portuguesas foi bem mais curta que a primeira. Começou em meados de agosto de 1509 e terminou em finais de março do ano seguinte. O enviado dos Welser esteve primeiramente alguns dias na Corte de D. Manuel I, em Sintra para efetuar vários negócios que, porém, não especificou. Em setembro viajou para a Madeira e as Ilhas Canárias. Uma das principais tarefas da sua missão esteve relacionada com a reorganização da feitoria que a firma possuía na Madeira, onde negociou com açúcar⁵¹.

No dia 25 de outubro de 1509, Lucas Rem partiu de Machico para Lisboa, chegando ao seu destino seis dias depois. Como a peste afligia a capital, «não queria ir à cidade e cavalguei para a nossa casa de Alvalade»⁵². Quer ele dizer que os Welser não possuíam apenas uma feitoria no centro de Lisboa, mas também uma segunda casa, situada nos arredores, que os seus representantes utilizavam particularmente, quando grassavam epidemias no espaço urbano. Rem reclamou que passou, uma vez mais, a maior parte do tempo em processos aborrecidos contra a Coroa portuguesa, relacionados com os negócios da Índia e do açúcar. Durante o inverno, o representante dos Welser permaneceu na Corte de D. Manuel I, primeiramente em Almeirim, depois em Santarém. Aí, o tom do alemão modificou-se, notando-se que foi muito bem tratado pelo rei:

No dia 5 de dezembro desloquei-me a Almeirim e Santarém, onde o rei de Portugal costuma estar com a corte. Variadíssimos negócios tive de aí resolver, litígios e outros assuntos. Permaneci então na corte em ambos os sítios, ora aqui, ora acolá, e encontrei um rei extremamente clemente e generoso, tanto, que tinha de estar na sua companhia a maior parte do tempo e todos os dias – as tardes passa sempre sozinho com a rainha. (...)

Convocou-me muitas vezes para os conselhos, mostrando-me um enorme afeto⁵³.

Depois de uma estadia de dois meses na Corte de D. Manuel I, despediu-se da família real e regressou, no início de fevereiro de 1510, a Lisboa. Como a peste ainda grassava na capital, não entrou na feitoria da empresa e partiu no dia 20 de março, por via terrestre, para Augsburg. Na filial lisboeta dos Welser sucedeu-lhe seu irmão, Hans Rem, apoiado por Gabriel Steudlin e Jacob Ott.

⁵¹ Sobre os negócios dos Welser na Madeira, cf. VIEIRA, Alberto – *O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI: Madeira, Açores, Canárias: alguns elementos para o seu estudo*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987. p. 59-63.

⁵² GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 13: «Um dz es zuo Lixbona noch starb, wolt ich nit in die stat, und rit in unsser haus Alavalada».

⁵³ *Ibidem*, p. 14: «Adi 5 Decemb zoch Ich gen Almerin und Sct. Erren, da portugal king hoff huolt. Fast vilerlay gescheft ich da hett, Rechtten und anders halb. Belib also am hoff an baiden ortten, jetz da, dan dort, und het ain fast überaus gnedigen, gunstigen king, so vil, daz ich den mertayl der zeit, altag – die nachmittag er allain bei der künigin ist – bey im seyn muost. (...) Bey und in den Retten er mich oft berieffet, on mas gros liebe erzaiget».

AS CARTAS DE SEBALD KNEUSSEL (1512)

Ao contrário de Lucas Rem que, como transparece claramente no seu *Tagebuch*, não gostou muito da sua experiência em Portugal, houve outros agentes comerciais alemães que apreciaram a vida no Tejo, de tal forma que rumores de escândalo foram transmitidos às sedes das firmas na Alta Alemanha. O caso mais flagrante teve lugar no início da segunda década de Quinhentos na feitoria lisboeta dos Imhoff⁵⁴. As notícias relativas a este assunto foram comunicadas por Sebald Kneussel, que representou esta casa comercial de Nuremberga em Lisboa nos anos de 1512/13. As cartas que o feitor dos Imhoff enviou, em setembro e outubro de 1512, para os seus patrões constituem as poucas fontes originais que iluminam o convívio e os conflitos dentro da colónia dos mercadores alemães na capital portuguesa⁵⁵.

Recapitulemos, os Imhoff possuíam em Lisboa uma feitoria desde 1504⁵⁶. Participaram nos dois anos seguintes, tal como os Welser, nas duas viagens à Índia, em que empresas alemãs podiam investir diretamente. O seu primeiro feitor, Paulus Imhoff, morreu em dezembro de 1507 e foi substituído por Calixtus Schüler, que desempenhou este cargo nos cinco anos seguintes. O período da sua regência coincide com anos de grande prosperidade da casa dos Imhoff, que resultaram, principalmente, do comércio de especiarias. Mas, as qualidades mercantis de Schüler contrastaram claramente com o seu excêntrico modo de vida. As notícias respeitantes a este feitor, que chegaram a Nuremberga no ano de 1511, foram para os Imhoff tão preocupantes que enviaram, no inverno de 1511/12, Sebald Kneussel a Portugal⁵⁷, oficialmente com a função de apoiar Schüler nos seus trabalhos, mas, de facto, para vigiar, controlar e substituir o feitor da empresa⁵⁸.

Sebald Kneussel era um mercador de Nuremberga, que tinha trabalhado anteriormente, por volta de 1506, em Veneza. Possuía, portanto, alguma experiência no estrangeiro, também em termos linguísticos, o que o qualificou para a sua nova missão⁵⁹. Nas cartas que Kneussel redigiu em Lisboa, nos dias 22 de setembro e 23 de outubro de 1512⁶⁰, transparece que a tarefa de espiar o seu colega não lhe agradou nada. Acresce que os detalhes que apurou à volta da vida de Schüler apresentaram-se ainda muito piores do que se suspeitava em Nuremberga. Kneussel descobriu que Schüler manteve relações amorosas com várias mulheres casadas e solteiras, inclusive

⁵⁴ JAKOB, Reinhard – Der Skandal um einen Nürnberger Imhoff-Faktor im Lissabon der Renaissance: der Fall Calixtus Schüler und der Bericht Sebald Kneussels (1512). *Jahrbuch für Fränkische Landesforschung*. Vol. 60 (2000), p. 83-112.

⁵⁵ Vd. *supra*, nota 4.

⁵⁶ Sobre a história dos Imhoff, em geral, e as suas relações com Portugal no século XVI, cf. JAHNEL, Helga – *Die Imhoff: eine Nürnberger Patrizier- und Großkaufmannsfamilie: eine Studie zur reichsstädtischen Wirtschaftspolitik und Kulturgeschichte an der Wende vom Mittelalter zur Neuzeit (1351-1579)*. Würzburg: [s.n.], 1950. Tese de doutoramento em História, apresentada na Universidade de Würzburg; POHLE, Jürgen – *op. cit.*, 2000, p. 125-130.

⁵⁷ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 17.

⁵⁸ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 21.

⁵⁹ JAKOB, Reinhard – *op. cit.*, p. 89-93.

⁶⁰ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 22 (1-3).

uma freira de Santarém, relações das quais resultaram pelo menos cinco crianças. Uma das mulheres, uma certa Elena, dormiu sempre na feitoria dos Imhoff, provocando, por vezes, constrangimentos entre Schüler e os seus colaboradores, os quais tratava com grande violência. Assim, deu duas vezes uma valente tarefa ao jovem aprendiz, Michael Imhoff. Este ficou tão intimidado com os maus tratos que não teve coragem de informar os seus familiares em Nuremberga, dado temer represálias do seu superior em Lisboa. Houve outros incidentes: por exemplo, Schüler bateu tantas vezes num dos escravos negros que trabalhou na feitoria, «por muitas coisas sem importância, que este já se encontrava meio paralisado»⁶¹. Schüler dedicou-se também ao jogo, convidando alguns colegas alemães⁶² e burgaleses⁶³ para beber e conviver na feitoria dos Imhoff. Esta tinha-se tornado, segundo as informações recolhidas através de Michael Imhoff, uma autêntica «taberna e sala de jogos»⁶⁴.

Quando os Imhoff receberam estas notícias, reagiram de imediato e ordenaram a Schüler que regressasse a Nuremberga. Ainda em finais de 1512, Calixtus Schüler abandonou o seu cargo em Lisboa, enquanto Sebald Kneussel passou a ser o feitor. Não sabemos por quanto tempo desempenhou a sua nova função. Já em setembro do mesmo ano, tinha anunciado que ia dedicar-se à formação mercantil de Michael Imhoff, sobretudo no domínio da correspondência e da contabilidade, preparando, desta maneira, a sua sucessão na feitoria dos Imhoff. Pelo teor do seu contrato, Kneussel deve ter abandonado Portugal em 1513⁶⁵.

Na altura em que Sebald Kneussel se encontrava em Lisboa, a colónia dos mercadores alemães passou por uma fase muito complicada, repleta de conflitos internos⁶⁶. Existiram várias razões por detrás das discordâncias, que inquietaram a vida dentro da nação mercantil. Segundo Kneussel, as inimizades tinham começado em 1511, quando chegou à cidade do Tejo Hans von Schüren, o designado feitor da célebre casa comercial dos Fugger, para substituir Marx Zimmermann. Este último recusou-se a entregar a feitoria a Hans von Schüren e foi apoiado na sua disputa privada por Calixtus Schüler e outros colegas estabelecidos há mais anos na capital portuguesa. Jacob Fugger reagiu e colocou, na pessoa de Jörg Herwart, um segundo responsável no topo da feitoria lisboeta até à solução dos problemas com Marx Zimmermann.

⁶¹ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 22 (2): «(...) umb vil clein sach geschlagen, daß der halb lam ist».

⁶² São *expressis verbis* mencionados Utz Ehinger, feitor dos Höchstetter, e um Jörg Hemerlein, cuja origem e tarefa em Lisboa desconhecemos.

⁶³ O documento fala de Cristóbal de Haro, Jan Escaldante e «outros burgaleses».

⁶⁴ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 22 (2): «trinck vnd spil stuben».

⁶⁵ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 17.

⁶⁶ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 22 (1-3). Cf. KELLENBENZ, Hermann – A estadia de dois “Ulrich Ehinger”, mercadores alemães, em Lisboa nos princípios do séc. XVI. *Bracara Augusta*. Vol. 16/17 (1964), p. 171-176.

No entanto, a situação na colónia alemã agravou-se quando Hans von Schüren se opôs ao projeto de uma nova capela, que a maioria dos mercadores da Alta Alemanha queria construir⁶⁷. O feitor dos Fugger conseguiu, de facto, travar o projeto argumentando que as despesas que uma construção destas implicava eram demasiado altas e não justificavam tamanho esforço. Como reação, os representantes dos Welser e dos Höchstetter, Gabriel Steudlin e Ulrich Ehinger, negaram-lhe o acesso às cartas de privilégios que D. Manuel I tinha outorgado aos mercadores alemães. Os respetivos documentos encontravam-se guardados numa arca, fechada com duas chaves, na feitoria dos Fugger, enquanto as chaves estavam, nesta altura, sob custódia de Steudlin e Ehinger. Como estes teimosamente se recusaram a entregá-las a Schüren, este resolveu a situação de forma pouco ortodoxa, abrindo a arca à força. A partir daí, instalou-se um conflito aberto na colónia alemã. Os representantes dos Fugger afastaram-se durante meses das reuniões periódicas dos alemães em Lisboa. O próprio Jacob Fugger dirigiu-se aos Imhoff para se queixar de Calixtus Schüler, que era, no seu entender, o principal culpado. Hans von Schüren recebeu ordens do seu superior para se dar bem com o feitor dos Hirschvogel, ignorar os outros colegas alemães e manter-se fora de qualquer tipo de discussão.

A querela na colónia ainda não tinha acabado quando, em meados de 1512, Sebald Kneussel aqui chegou. Este simpatizou com o novo feitor dos Fugger, que lhe pareceu um homem honesto. Pronunciou-se preocupado com as divergências que haviam colocado a colónia alemã à beira duma divisão em várias fações, avisando: «Tal fação não é nada boa, porque necessitamos uns dos outros em terras estrangeiras. As outras nações vão troçar de nós»⁶⁸.

Esta afirmação do agente dos Imhoff é apenas um exemplo que mostra que, apesar de todas as rivalidades comerciais que naturalmente existiram dentro da colónia alemã, os seus membros tinham, longe da pátria, a tendência para desejar apoio mútuo, união e concórdia. Há mais exemplos que corroboram esta observação:

1. Os mercadores alemães estabelecidos em Lisboa tinham acordado que tirariam do lucro de todos os negócios efetuados uma pequena percentagem que seria escoada para um fundo comum. Além disso, existiram donativos voluntários, sobretudo, quando se obtinham grandes lucros. Estas verbas serviam, em primeiro lugar, para financiar os privilégios, concedidos pela Coroa portuguesa. Como alguns membros da colónia alemã nem sempre respeitaram o acordado, os – que haviam contribuído – fizeram uma petição ao rei, para que apenas os que tivessem pago a sua quota pudessem gozar os privilégios. No dia 10 de novembro de 1511, D. Manuel I deu deferimento à petição, pelo que os pagamentos regulares dos mercadores alemães para o fundo criado se tornaram obrigatórios⁶⁹.

⁶⁷ Vd. *supra*, nota 31.

⁶⁸ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 22 (1): «(...) solich partei ist nit fast gut, der wir uns brauchen in fremden landen, wern andren nazionen dardurch zuo spot».

⁶⁹ CASSEL, Johan P. – *Privilegien und Handlungsfreiheiten von den Königen in Portugal ehemals den deutschen Kaufleuten und Hansstädten erteilt*. Bremen: Diedrich Meier, 1776. p. 11-12.

2. Segundo Hermann Kellenbenz, os mercadores da Alta Alemanha formaram uma nação mercantil em Lisboa⁷⁰. Antes das negociações efetuadas com a Coroa portuguesa, que atingiam uma boa parte ou a totalidade destes comerciantes alemães, a comunidade nomeou um representante para defender os seus interesses⁷¹. Provavelmente, este delegado foi votado nos encontros anuais que os mercadores alemães realizavam no Pentecostes⁷².
3. Os mensageiros das casas comerciais de Augsburgo e de Nuremberga ajudavam-se mutuamente na transmissão das cartas que circulavam entre as feitorias de Lisboa e as sedes na Alta Alemanha. O facto de encontrarmos por vezes, nos arquivos, várias cartas praticamente com o mesmo teor, mostra que as empresas procuraram enviar mensagens importantes por diferentes vias. No entanto, pode significar também que nem sempre confiaram nos mensageiros das outras casas.
4. Mesmo nas centrais das empresas em Augsburgo e em Nuremberga houve, por vezes, vontade de cooperação. Portanto, um agente de uma casa comercial podia representar várias empresas, fosse nas viagens à Índia, fosse nas negociações com o monarca português.

Em contrapartida, observamos em algumas situações uma mútua desconfiança entre as firmas alemãs estabelecidas em Portugal. Um exemplo data de 1507, quando Lucas Rem estava incumbido de tratar dos processos jurídicos dos participantes alemães no referido consórcio que tinha investido na armada da Índia de 1505. Como o processo demorou muito, os Fugger e os Höchstetter enviaram os seus agentes à Corte de D. Manuel I. Paulus Imhoff, que representava nesta altura a sua família em Portugal, queixou-se sobre estes atos isolados e individualistas, embora também ele tenha revelado algum ceticismo relativamente ao trabalho do seu colega:

Sabeis que Lucas Rem, o feitor dos [Welser-]Vöhlin, se encontra na corte, e também o feitor dos Höchstetter e Marx Zimmermann, feitor dos Fugger. E cada um deles foi sozinho. Diz-se que Lucas se tinha dirigido para aí em nome de todos nós, para fazer muitas contas com o rei por causa da expedição marítima e das mercadorias que o rei a nós todos deve. No entanto, penso e sei bem que se virou para aí, em primeiro lugar, para fechar com o rei vários negócios referentes à especiaria que chegou da Índia⁷³.

Na mesma carta, o feitor dos Fugger foi até acusado de ter agido, nos processos jurídicos com a Coroa portuguesa, apenas a favor dos seus patrões e contra os interesses das outras empresas envolvidas⁷⁴.

⁷⁰ KELLENBENZ, Hermann – *op. cit.*, 1990. vol. 1, p. 52.

⁷¹ Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, *Cód. 9820*, f. 21-23.

⁷² JAKOB, Reinhard – *op. cit.*, p. 107 (nota 121).

⁷³ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 37, N^o 1a (carta de Paulus Imhoff, Lisboa, 25.6.1507): «Item so wyst, das lucas Rem, der fehli diener, am hoff ist, der gleychen der höstetter diener, auch marx zimmerman, der focker diener, vnd ein yeglicher allein zogen. Sagt, lucas sey von vnser aller wegen zogen, Etlich Rechnung mit dem kung machen von der schyff vnd kauffmannschaft wegen, so vnss der k[ung] allen schuldig ist, wie wol ich glaub vnd des gut wyssen hab, er am meysten dar zogen ist, Etlich partida mit dem kung zuo machen seyner spezerei halben, so im aus india komen ist».

⁷⁴ *Ibidem*.

NOTAS FINAIS

Não se pode negar que existiram rivalidades permanentes e mútua desconfiança entre os comerciantes alemães fixados em Portugal. Mas, por outro lado, reparamos simultaneamente numa indiscutível necessidade de harmonia entre os representantes dos mercadores-banqueiros alemães em Lisboa, que condenaram, por diversas vezes, comportamentos não solidários e a falta de unidade. Deste modo, competição e cooperação, duas dimensões contraditórias que perpassavam a comunidade mercantil alemã em Lisboa, apresentam-se como elementos típicos que caracterizam a imagem da colónia no início de Quinhentos.

As casas comerciais de Augsburgo e de Nuremberga estabelecidas em Lisboa constituíram uma peça essencial no projeto expansionista de Portugal no reinado de D. Manuel I⁷⁵. Apenas em finais desta era se notaram os primeiros sintomas de estagnação, que conduziram, na terceira década do século XVI, à retirada de várias casas comerciais alemãs de Lisboa. São várias as razões que levaram a este desenvolvimento, como, por exemplo, o deslocamento do comércio internacional de especiarias, açúcar e metais para Antuérpia. A maior parte dos negócios efetuou-se, a partir de 1515, na feitoria portuguesa e nas respetivas filiais alemãs situadas na cidade do Escalda. Consequentemente, as feitorias alemãs em Lisboa tornaram-se prescindíveis. Um outro fator importante que conduziu ao abandono da capital portuguesa por parte dos alemães está ligado à ascensão de Sevilha como porto principal na Península Ibérica para o comércio ultramarino. Este processo foi dinamizado pela proclamação, em 1519, de Carlos V como sacro imperador. Esta personalidade viria a atrair os mercadores-banqueiros alemães levando-os a participarem nas empresas coloniais espanholas. É, portanto, no início dos anos 20, que várias casas comerciais da Alta Alemanha encerraram as feitorias que tinham em Lisboa e enviaram os seus representantes para Sevilha, mantendo, no entanto, a partir daí, as suas ligações com Portugal⁷⁶.

⁷⁵ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os descobrimentos e a economia mundial*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1983. 4 vol., *passim*; DIAS, Manuel Nunes – *O capitalismo monárquico português (1415-1549): contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963-1964. 2 vol., *passim*.

⁷⁶ Sobre esta temática veja-se o meu estudo *Os mercadores-banqueiros alemães e a expansão portuguesa no reinado de D. Manuel I*, cuja publicação se encontra prevista para breve.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 3º de D. Manuel I.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. Manuel, *Livro 3.*

Chancelaria de D. Manuel, *Livro 22.*

Chancelaria de D. Manuel, *Livro 35.*

Chancelaria de D. Manuel, *Livro 36.*

Chancelaria de D. Manuel, *Livro 46.*

Corpo Cronológico, I-10-124.

Corpo Cronológico, I-25-75.

Biblioteca da Ajuda

44-XIII-54, N.º 20.

44-XIII-58, doc. 9.

Biblioteca Nacional de Portugal

Reservados, *Cód. 9820.*

Germanisches Nationalmuseum Nürnberg

FA Imhoff, Fasz. 28, N.º 17.

FA Imhoff, Fasz. 28, N.º 21.

FA Imhoff, Fasz. 28, N.º 22.

FA Imhoff, Fasz. 37, N.º 1.

Fontes Impressas

BAIÃO, António (rev.) – *O manuscrito Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940.

CASSEL, Johan P. – *Privilegien und Handlungsfreiheiten von den Königen in Portugal ehemals den deutschen Kaufleuten und Hansastädten ertheilet*. Bremen: Diedrich Meier, 1776.

DENUCÉ, Jean – Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles). *Archivo Historico Portuguez*. Vol. 7 (1909), p. 377-392.

DESLANDES, Venâncio – *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.

FERREIRA, J. A. Pinto – Privilégios concedidos pelos reis de Portugal aos alemães, nos séculos XV e XVI. *Boletim cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 32 (1969), p. 339-396.

GREIFF, Benedikt (ed.) – *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541: ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*. Augsburg: Hartmann'sche Bruchdruckerei, 1861.

Privilégios concedidos a alemães em Portugal: certidão de Duarte Fernandez. *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. III Série Vol. 1 (1959), p. 119-159.

Bibliografia

ALMEIDA, A. A. Marques de – *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria: o eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549): aproximação a um estudo de geofinança*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

AMARAL, Maria Valentina Cotta do – *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1965.

ANDRADE, António Alberto Banha de – *Mundos novos do mundo: panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972. 2 vol.

COSTA, Leonor Freire – *Império e grupos mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

DIAS, Manuel Nunes – *O capitalismo monárquico português (1415-1549): contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963-1964. 2 vol.

EHRHARDT, Marion – *A Alemanha e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Texto, 1989.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os descobrimentos e a economia mundial*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1983. 4 vol.

GROSSHAUPT, Walter – Commercial relations between Portugal and the merchants of Augsburg and Nuremberg. In AUBIN, Jean (ed.) – *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1990. p. 359-397.

- HÄBERLEIN, Mark – Fugger und Welser: Kooperation und Konkurrenz 1496-1614. In HÄBERLEIN, Mark; BURKHARDT, Johannes (ed.) – *Die Welser: neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*. Berlin: Akademie Verlag, 2002. p. 223-239.
- HÄBLER, Konrad – *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*. Leipzig: Hirschfeld, 1903.
- HÜMMERICH, Franz – *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*. München: Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1918.
- JAHNEL, Helga – *Die Imhoff: eine Nürnberger Patrizier- und Großkaufmannsfamilie. Eine Studie zur reichsstädtischen Wirtschaftspolitik und Kulturgeschichte an der Wende vom Mittelalter zur Neuzeit (1351-1579)*. Würzburg: [s.n.], 1950. Tese de doutoramento em História, apresentada na Universidade de Würzburg.
- JAKOB, Reinhard – Der Skandal um einen Nürnberger Imhoff-Faktor im Lissabon der Renaissance: der Fall Calixtus Schüler und der Bericht Sebald Kneussels (1512). *Jahrbuch für Fränkische Landesforschung*. Vol. 60 (2000), p. 83-112.
- JEANNIN, Pierre – *Os mercadores do século XVI*. Porto: Vertente, 1986.
- KELLENBENZ, Hermann – A estadia de dois “Ulrich Ehinger”, mercadores alemães, em Lisboa nos princípios do séc. XVI. *Bracara Augusta*. Vol. 16/17 (1964), p. 171-176.
- KELLENBENZ, Hermann – *Die Fugger in Spanien und Portugal bis 1560: ein Großunternehmen des 16. Jahrhunderts*. München: Vögel, 1990. 3 vol.
- LOPES, Marília dos Santos – *Da descoberta ao saber: os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viseu: Passagem, 2002.
- LOPES, Marília dos Santos – Os descobrimentos portugueses e a Alemanha. In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 29-60.
- LOPES, Marília dos Santos – Vimos oje cousas maravilhosas: Valentim Fernandes e os Descobrimentos Portugueses. In ENCONTRO LUSO-ALEMÃO, 4, Lisboa, 1996 - *Portugal-Alemanha-África: do imperialismo colonial ao imperialismo político: actas*. Lisboa: Colibri, 1996. p. 13-23.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira – Die Beziehungen zwischen Portugal und Deutschland im Mittelalter und 16. Jahrhundert. *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft, Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*. Vol. 20 (1988-1992), p. 115-131.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira – Os Germanos em Portugal (séculos V-XII): revisão do problema. In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 17-27.

- MARQUES, António Henrique de Oliveira – Relações entre Portugal e a Alemanha. In *Portugal quinhentista*. Lisboa: Quetzal, 1987. p. 9-32.
- MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota: a guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- MATHEW, K. S. – *Indo-Portuguese trade and the Fuggers of Germany (sixteenth century)*. New Delhi: Manohar, 1999.
- MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. vol. 3.
- POHLE, Jürgen – As relações luso-alemãs no reinado de D. Manuel I (1495-1521). In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 61-74.
- POHLE, Jürgen – *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*. Münster: Lit Verlag, 2000.
- PINTO, João Rocha – *A viagem: memória e espaço: a literatura portuguesa de viagens: os primitivos relatos de viagem ao Índico 1497-1550*. Lisboa: Sá da Costa, 1989.
- PINTO, João Rocha – Houve diários de bordo durante os séculos XV e XVI? *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. 34 (1988), p. 383-416.
- RAU, Virgínia – Alguns aspectos das relações luso-alemãs nos princípios do século XVI. In *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. p. 285-290.
- RAU, Virgínia – Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI). In KELLENBENZ, Hermann (ed.) – *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*. Köln [etc.]: Böhlau, 1970. p. 15-30.
- SCHICKERT, Gerhard; DENK, Thomas – *Die Bartholomäus-Brüderschaft der Deutschen in Lissabon: Entstehung und Wirken, vom späten Mittelalter bis zur Gegenwart*. Estoril: A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães, 2010.
- STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo – *Oito séculos de história luso-alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano de Berlim, 1944.
- VIEIRA, Alberto – *O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI: Madeira, Açores, Canárias: alguns elementos para o seu estudo*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987.
- WIESFLECKER, Hermann – Neue Beiträge zu Balthasar Sprengers Meerfahrt nach "Groß-India". In BRANDSTÄTTER, Klaus; HÖRMANN, Julia (ed.) – *Tirol - Österreich - Italien. Festschrift für Josef Riedmann zum 65. Geburtstag*. Innsbruck: Universitätsverlag Wagner, 2005. p. 647-660.

